

ADMINISTRAÇÃO

Governo quer superávit acima de 2% do PIB

Equipe econômica tenta diminuir as despesas com juros para reduzir à metade o déficit operacional

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O governo quer lançar mão de diversos instrumentos, incluindo o congelamento do salário dos funcionários públicos, para tentar dobrar o superávit primário (receita menos despesa sem contar itens financeiros) no setor público e chegar ao final do ano com um saldo em caixa superior a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas consolidadas da administração federal, Estados, municípios e empresas estatais.

Mas já sabe que esse esforço não será suficiente para reduzir a zero o déficit operacional — aquele que contabiliza as pesadas despesas com o pagamento de juros das dívidas interna e externa e que no ano passado ultrapassou 4,3% do PIB.

Ao longo dos próximos meses, a equipe econômica tentará reduzir as despesas com os juros, mas a meta é tentar chegar ao final do ano com déficit operacional reduzido a mais da metade. "Não há nada que possa ser feito, do ponto de vista legal, que já não tenha sido feito para conter o déficit público", afirma o ministro interino da Fazenda, Pedro Parente.

O controle do déficit, segundo ele, parte de uma ação conjunta do governo federal, governadores, prefeitos e dirigentes das estatais. Parente não gosta de falar em congelamento da folha de pessoal, mas admite nos últimos anos o governo conviveu com aumentos reais significativos nas despesas com pessoal. Um crescimento motivado, principalmente, pela isonomia.

No ano passado, as despesas do governo federal com o pagamento de salário dos servidores civis e militares aumentaram 28,6% além da variação da inflação. No período

de 1987 a 1995, o aumento real da folha foi de 143%.

Se for considerado o período de 1992 até agora, a folha cresceu 100% acima da inflação. Esses números oficiais comprovam que a margem de manobra de contenção de gastos, do ponto de vista do governo federal, está na folha de pessoal. "As despesas de custeio e investimento já estão no limite", afirma Pedro Parente.

A decisão de não conceder o aumento aos funcionários públicos, no entanto, é política e ainda não tem o sinal verde do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira, já reconheceu o direito dos servidores regidos pela CLT à reposição de 10,8% correspondente à variação

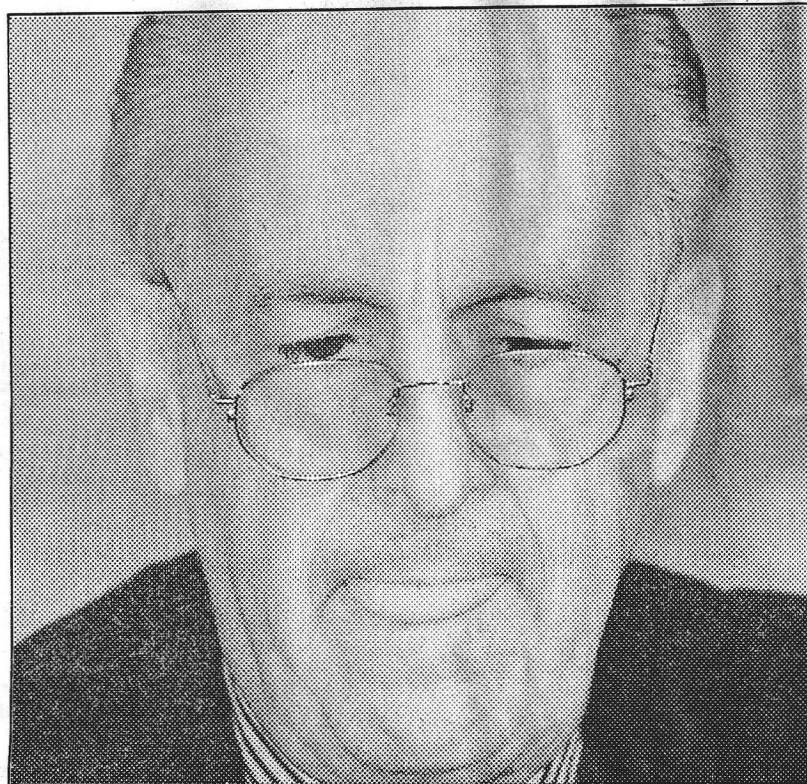
da inflação de janeiro a junho de 1995, quando existia o IPC-r. A economia, assim, se limitaria aos funcionários estatutários, que não têm proteção legal definindo regra de reajuste salarial.

**FOLHA DOS
SERVIDORES
SUBIU 28,6%
REAIS EM 95**



Parente: despesas de custeio e de investimento estão no limite

Dida Sampaio/AE



Bresser: direito dos servidores a reposição de 10,8% já foi reconhecido